



PODER

Congresso ensaia pacote em resposta ao STF

Propostas são represálias à decisão do decano Gilmar Mendes de blindar magistrados. Um dos textos prevê a atualização da Lei do Impeachment; outro, pretende alterar os critérios de escolha de integrantes da Corte e instituir mandato fixo para ministros

» ALÍCIA BERNARDES
» IAGO MAC CORD

O Senado se mobiliza em retaliação à decisão do ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), que limitou à Procuradoria-Geral da República (PGR) a prerrogativa de pedir impeachment de magistrados da Corte. Uma das intenções da Casa é acelerar a tramitação de um projeto que atualiza a Lei do Impeachment, em vigor desde 1950. A articulação está sendo conduzida pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), com apoio de líderes da oposição.

O texto apresentado em 2023, de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve ser tratado como prioridade antes do recesso parlamentar. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob relatoria do senador Weverton Rocha (PDT-MA), e pode ganhar celebridade com o novo clima de confronto institucional.

Entre os pontos passíveis de serem incluídos na articulação estão a mudança no quórum para abertura de processos de impeachment e novas regras para a escolha e a permanência de ministros no Supremo, o que exigiria uma emenda constitucional.

Atualmente, a abertura de um processo pode ocorrer com maioria simples dos presentes, desde que haja ao menos 41 senadores em plenário, o que permite o avanço com apenas 21 votos. O STF, por outro lado, defende quórum qualificado de dois terços, o equivalente a 54 votos favoráveis.

Além disso, líderes discutem uma proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Carlos Portinho (PL-RJ), que altera os critérios de indicação ao STF e estabelece um mandato previamente definido para os ministros. Hoje, os magistrados permanecem na Corte até a aposentadoria compulsória, aos 75 anos.

Além dessas investidas, a bancada do Novo na Câmara protocolou uma PEC cujo objetivo é garantir a qualquer pessoa o direito de pedir impeachment e fixa quórum para abertura do processo em maioria absoluta no Senado.

Recado

Congressistas avaliam que a mobilização serve como um “recado” ao Judiciário, diante do que consideram uma interferência indevida nas prerrogativas legislativas.

A decisão liminar (provisória) do ministro Gilmar Mendes, a ser

Geraldo Magela/Agência Senado



Alcolumbre, Motta e Gilmar: decisão do decano do Supremo sobre impeachment provocou uma crise com o Parlamento

Moraes em lista de heróis

Antonio Augusto/STF



O ministro Alexandre de Moraes, do STF, é o único brasileiro na lista das 25 pessoas mais influentes do ano do jornal britânico *Financial Times*. Ele está na categoria “heróis”. O texto de apresentação de Moraes é da historiadora brasileira Lília Schwarcz. Ela afirma que o ministro “tornou-se um símbolo da democracia e da Justiça no Brasil”, em uma época em que “muitos tribunais supremos capitularam ao poder dos autocratas” e “instituições democráticas demonstraram fragilidade diante de líderes populistas e de extrema-direita”. Schwarcz pondera, porém, que, “nas democracias, o poder deve sempre estar sujeito a contrapesos”.

» Julgamento do Caso Marielle

O ministro Flávio Dino, do STF, marcou para 24 e 25 de fevereiro o julgamento da ação penal dos acusados de planejarem o assassinato da ex-vereadora Marielle Franco. A ação também vitimou o motorista da parlamentar, Anderson Gomes. A ação, que foca nos mandantes do crime, tem cinco réus: o ex-deputado federal Chiquinho Brazão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro Domingos Brazão, o ex-chefe da Polícia Civil fluminense Rivaldo Barbosa, o ex-assessor do TCE Robson Fonseca e o policial militar Ronald Alves Pereira.

No Congresso, Alcolumbre reagiu prontamente, criticando a decisão. Ele cobrou, publicamente, respeito à separação de Poderes. Nos bastidores, aliados relatam que o parlamentar ficou especialmente irritado. Segundo um congressista próximo, a ordem do decano foi vista como uma afronta às prerrogativas do Legislativo.

“Ele está enfurecido — e com razão. Não podemos permitir que o Supremo se comporte como dono de tudo, assim como não podemos permitir isso do Planalto”, afirmou um senador de forma reservada.

Outro parlamentar avalia que Alcolumbre está disposto a levar o embate com a Corte até as últimas consequências. Para ele, a reação não se limitará ao caso atual e pode alcançar temas sensíveis em tramitação no Congresso.

“Ele não vai abrir mão de legislar. Nós fomos eleitos pelo povo. E ousar dizer que isso pode respingar também em Messias, outro ponto de fragilidade para o presidente”, completou, referindo-se às pressões políticas envolvendo o advogado-geral da União, Jorge Messias, indicado ao STF.

Seccionais da OAB

Ontem, o Conselho Pleno da seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) aprovou, por unanimidade, um parecer que manifesta forte oposição à liminar de Gilmar Mendes.

A entidade paranaense recomenda ao Conselho Federal da OAB o ingresso imediato como amicus curiae (amigo da Corte) nas Ações de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1.209 e 1.260, que tratam do tema.

“A OAB aprovou hoje (ontem) esse parecer e vai provocar o Conselho Federal para que a OAB peça a revogação daquilo que considera um movimento preocupante de ativismo do Poder Judiciário”, destacou o presidente da seccional do Paraná, Luiz Fernando Pereira.

A principal preocupação da OAB-PR reside na forma como a decisão monocrática do decano do Supremo altera o processo, restringindo a legitimidade para apresentar pedidos de impeachment ao procurador-geral da República (PGR). O presidente da entidade paranaense classificou essa restrição como um “retrocesso em relação ao modelo previsto pela Constituição”.

O parecer aprovado destaca que essa limitação da legitimidade ativa reduz indevidamente a participação de instruções que possuem responsabilidade institucional, como a própria OAB.

A seccional do Rio de Janeiro, por sua vez, manifestou “surpresa e inconformismo”, classificando a restrição ao exercício da cidadania por decisão monocrática como um “retrocesso democrático preocupante”. A entidade argumenta que as restrições impostas por meio de decisões monocráticas ferem “valores democráticos inegociáveis”.

Alcolumbre elogia Lula após críticas

» DANANDRA ROCHA

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), aproveitou a inauguração do primeiro Centro de Radioterapia do Amapá, ontem, para enviar um sinal público de aproximação ao Palácio do Planalto, em meio ao clima de tensão dos últimos dias.

No evento, considerado por aliados como a principal marca do mandato do parlamentar, Alcolumbre destacou o papel do governo federal na conclusão da

obra e pediu ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que repassasse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seus agradecimentos pelo apoio.

“Padilha, leve meus agradecimentos, pessoais e institucionais, ao presidente da República, que tem nos apoiado e apoiado o Amapá a todo instante”, disse.

Ele ressaltou que a presença de Padilha simbolizava o compromisso do Planalto com o estado. A construção do centro, aguardada por anos, só avançou

graças ao investimento federal. A nova estrutura permitirá o tratamento de pacientes oncológicos no próprio Amapá, evitando deslocamentos prolongados para outros estados.

“Padilha, a sua presença aqui é a presença do governo federal, do Estado brasileiro, que nunca nos faltou ao povo do Amapá. A sua presença aqui é a presença do presidente da República ajudando o nosso Amapá”, enfatizou.

Apesar dos ruídos entre o parlamentar e o Planalto, o evento

em Macapá marcou um esforço público de reduzir a temperatura e reforçar a cooperação institucional. Ao discursar, Alcolumbre agradeceu a Lula pela “sensibilidade” e pelo “espírito público”, sobretudo voltado às regiões Norte e Nordeste.

“Os meus agradecimentos ao presidente Lula pela sensibilidade, pelo compromisso e pelo espírito público, muito especialmente com todos os brasileiros, mas de maneira muito carinhosa com o Norte e com o Nordeste

do Brasil, que vive um abismo gigantesco do ponto de vista social e humano”, reiterou.

O gesto ocorre após dias de atritos. O senador manifestou incômodo com a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal. Ele e parte do Senado defendiam que a vagaficasse com o ex-presidente da Casa Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Na terça-feira, Alcolumbre dispensou críticas ao governo por ainda não ter enviado ao Senado a mensagem sobre a escolha de Messias.

Sem o documento, ele adiou a sabatina do AGU, que ocorreria no próximo dia 10.

“Após a definição das datas pelo Legislativo, o Senado foi surpreendido com a ausência do envio da mensagem escrita referente à indicação, já publicada no *Diário Oficial da União* e amplamente anunciada. Essa omissão, de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, é grave e sem precedentes”, ressaltou. “É uma interferência no cronograma da sabatina, prerrogativa do Poder Legislativo.”